



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS
ESCOLA DE CIÊNCIA POLÍTICA

BERNARDO DONNICI ANDRADE

DENSIDADE DO PODER: UMA ANÁLISE DA LEI DE FERRO DAS
OLIGARQUIAS E SUA RELAÇÃO COM A TEORIA DAS ELITES

Rio de Janeiro

2025



BERNARDO DONNICI ANDRADE

DENSIDADE DO PODER: uma análise da lei de ferro
das oligarquias e sua relação com a teoria das elites

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação,
apresentado ao Centro de Ciências Jurídicas
e Políticas da Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos
necessários para a obtenção do grau de bacha-
rel em Ciência Política.

Orientador: Ivo José de Aquino Coser

Rio de Janeiro
2025

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

A553 ANDRADE, BERNARDO
 DENSIDADE DO PODER: UMA ANÁLISE DA LEI DE FERRO DAS
OLIGARQUIAS E SUA RELAÇÃO COM A TEORIA DAS ELITES /
BERNARDO ANDRADE. -- Rio de Janeiro : UNIRIO, 2025.
 25

 Orientador: Ivo José de Aquino Coser.
 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Graduação
em Ciência Política, 2025.

 1. Política. 2. Lei de ferro das oligarquias. 3.
Partidos. I. José de Aquino Coser, Ivo, orient. II. Título.

BERNARDO DONNICI ANDRADE

DENSIDADE DO PODER: uma análise da lei de ferro
das oligarquias e sua relação com a teoria das elites

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação,
apresentado ao Centro de Ciências Jurídicas e
Políticas da Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro, como parte dos requisitos neces-
sários para a obtenção do grau de bacharel em
Ciência Política.

Aprovado em: dia/mês/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ivo José de Aquino Coser
Professor-Orientador
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Cristiane Batista
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Pereira da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2025

Resumo

O presente artigo científico, enquanto um trabalho de conclusão de curso (TCC), tem como objetivo examinar o conteúdo, a origem e fundamentos da lei de ferro das oligarquias, teoria essa elaborada pelo eminente sociólogo alemão Robert Michels, em sua obra “Sociologia dos partidos políticos”. Ademais, este texto também visa analisar a teoria das elites como uma conjectura que coloca em dúvida a validade das formas democráticas de governo, ao subestimar, ou até mesmo negar, a participação popular na escolha da representação política ou na gerência indireta das questões de natureza pública, além disso também procura esclarecer a possibilidade de vínculo entre o primeiro e o segundo objeto de estudo, demonstrando de que forma a lei de ferro das oligarquias poderia ser interpretada como parte da teoria das elites. Valorizando esse propósito, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre elementos relacionados a ambos os objetos de pesquisa, reunindo livros e artigos úteis para possibilitar a abordagem da questão, de forma a munir o texto de volume suficiente de informações para estabelecer uma investigação sucinta e precisa simultaneamente. O resultado foi a descoberta de um acervo de conexões entre a proposição de Michels e algumas ideias de autores coadjuvantes no universo político que, por sua vez, harmonizam-se com os pressupostos da teoria das elites, indicando, como resultado, a noção de que Robert Michels realmente é alçado como um dos principais representantes da camada mais autoritária desse segmento devido à sua lei de ferro das oligarquias.

Palavras-chave: Política; Lei de ferro das oligarquias; Partidos; Democracia; Elites; Crítica.

Abstract

This scientific article, presented as a final course paper, aims to examine the content, origin, and foundations of the iron law of oligarchies, a theory developed by the eminent german sociologist Robert Michels in his work "Sociology of Political Parties." Furthermore, this text also aims to analyze the theory of elites as a conjecture that questions the validity of democratic forms of government by underestimating, or even denying, popular participation in the choice of political representation or in the indirect management of public matters. Additionally, it seeks to clarify the possibility of a link between the first and second objects of study, demonstrating how the iron law of oligarchies could be interpreted as part of the theory of elites. To this end, a bibliographic research was conducted on elements related to both research objects, gathering books and articles useful for addressing the issue, thus providing the text with sufficient information to establish a concise and precise investigation. The result was the discovery of a body of connections between Michels' proposition and some ideas from supporting authors in the political universe which, in turn, harmonize with the assumptions of elite theory, indicating, as a result, the notion that Robert Michels is indeed elevated as one of the main representatives of the most authoritarian stratum due to his iron law of oligarchies.

Keywords: Politics; Iron Law of Oligarchies; Parties; Democracy; Elites; Critique.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. DEMOCRACIA SEGUNDO JOSEPH SCHUMPETER.....	10
3. A POLÍTICA É FEITA PELO POVO?.....	12
4. TEORIA DAS ELITES.....	13
5. PENSAMENTO DE GAETANO MOSCA.....	14
6. PENSAMENTO DE VILFREDO PARETO.....	16
7. PENSAMENTO DE ROBERT MICHELS.....	17
8. COESÃO IDEOLÓGICA X ÊXITO ELEITORAL.....	18
9. CRÍTICAS À TEORIA DE MICHELS.....	21
9. 1 CRÍTICAS SOCIALISTAS.....	21
9. 2 CRÍTICAS AO DETERMINISMO TEÓRICO.....	22
10. CONCLUSÃO.....	22
11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	23

1. INTRODUÇÃO

Há muitos séculos, a humanidade se debruça sobre as questões mais profundas a fim de explicar certos fenômenos típicos da política e tornar a governança mais eficiente para proporcionar a todos que a ela estejam submetidos, maior nível de qualidade de vida. A democracia é uma das formas de governo mais consagradas até o presente momento, e se estrutura para possibilitar, através de uma série de políticas públicas, a realização do bem comum. Neste modelo, cabe à própria sociedade civil a tarefa de assumir a responsabilidade integral pela administração de seu território, a partir da deliberação direta, ou delegar essa prerrogativa a representantes políticos escolhidos através de processos eleitorais, para que eles mesmos fiquem por incumbência de, não apenas formular as legislações concernentes aos mais variados assuntos, como também executar as políticas de gerência social. O bem comum representa a bússola política de uma comunidade específica e, assim, serve de referência para determinar não só a viabilidade como também a qualidade de qualquer proposta elaborada tendo em vista a resolução de um ou variados problemas. Valorizando essa noção, o bem comum equipara-se ao fim político, que por sua vez, requer os meios necessários para a sua realização, e o que toma a forma desses meios é a vontade comum, ou seja, o desejo de todas as pessoas sensatas de fazer o que for preciso para que seja realizado o fim. Por isso, a tendência é que grande parte dos membros de uma sociedade, conscientes do bem comum, e distinguindo tudo de boa natureza daquilo que é ruim, engagem-se ativamente a fim de promover o bem e inibir o mal.

Após a manifestação desse fenômeno político inovador nas antigas cidades-estado gregas, a democracia foi absorvida pelas sombras da história e perdeu sua importância durante os períodos da Idade Média e Idade Moderna, pois entendia-se que as massas não eram munidas de conhecimento técnico e inspiração suficiente para envolverem-se na vida política. Em virtude dessa percepção de incongruência, a ideia de democracia não foi adotada, em princípio, pelo liberalismo político durante o início do seu desenvolvimento em meados do século XVII, pois a democracia existia e se fazia conhecer apenas pela sua forma tradicional grega, que não contava com um elemento básico da estrutura de estado liberal e moderno, a representação política. Essa modalidade na qual o poder dos governados é delegado, condicionalmente, a um representante para que ele atue politicamente em nome daqueles que o elegeram ou o auníram, não era uma característica da democracia existente na Grécia Antiga, pois as cidades-estado possuíam dimensões territoriais e volume demográfico muito mais reduzidos, quando comparados aos de locais que vieram a se desenvolver nos séculos seguintes, o que descartava qualquer necessidade de representação e possibilitava a ampla participação dos cidadãos nas deliberações políticas.

Além disso, quando o filósofo inglês John Locke inaugurou a teoria política liberal em reação aos governos absolutistas típicos da Europa, a concepção de autêntica liberdade foi invertida quando comparada àquela que se tinha na Grécia Antiga, visto que no entendimento liberal, é o distanciamento da vida política, possibilitado justamente pela representação, que proporciona as pessoas de uma comunidade a dedicação quase total ao âmbito privado, e por isso o exercício da sua liberdade para daí

construírem individualmente seus sentidos de existência. Nesse modelo, as votações periódicas para a escolha da representação eliminam a necessidade de se engajar permanentemente na vida pública para decidir os assuntos relativos ao bem comum, eximindo os indivíduos de se sacrificarem pela sociedade e, com isso, desenvolvem um novo paradigma baseado no fato de que a seguir, é a sociedade que passa a existir em função do indivíduo, e não o indivíduo que existe em função da sociedade, como era na Grécia Antiga, levando todos a sujeição de um mínimo nível de interferência governamental em suas vidas, e com a representação, desenvolvendo o que viria a se transformar na democracia liberal, com a gradual universalização do sufrágio.¹

As elites, compostas por uma minoria de pessoas munidas de uma quantidade muito superior de riqueza, privilégios sociais e habilidades específicas, acumulam, por consequência, grande poder político que não só a elas assegura todos esses benefícios, como marca essa pequena parte da população com grande influência sobre o resto da sociedade, produzindo um sistema que se retroalimenta e tende a perpetuar esses grupos em posições de hegemonia. O estudo das elites e suas capacidades se deu na área da política com a intenção de desvendar sua natureza, métodos e objetivos, através das pesquisas de inúmeros cientistas, estando entre os principais e que constituem a tríade principal da conhecida teoria das elites: Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels, importante autor alemão e idealizador da lei de ferro das oligarquias, o objeto principal de análise deste artigo.

Durante essa grande jornada científica da compreensão das elites, muitos estudiosos apontaram debilidades na democracia liberal, ora sugerindo que a mesma fosse um substrato político e social para o florescimento das elites e suas operações, e por isso concluindo que a democracia liberal apenas refletiria a imagem do próprio fracasso, como alertaram Michels e Pareto, ora entendendo a necessidade de reformas para garantir a construção do sistema mais alinhado possível com o tipo ideal de democracia, como propôs Gaetano Mosca. Por isso, apesar de marcantes diferenças políticas nas visões desses três autores, todos coincidiam teoricamente concluindo que a democracia liberal nada mais é que um regime utópico cujos mecanismos constitucionais estão desalinhados com a sua motivação original. Nessa perspectiva, a soberania popular, igualdade política e jurídica, transparência governamental, alternância de poder, liberdades civis, pluralismo político e sufrágio universal compõem uma série de objetivos sem lastro na realidade social, pois todo o exercício da política, enquanto for realizado sob as condições da estrutura democrática e liberal, estará fadado à formação de pequenas elites que subordinam a maior parte da população às suas próprias influências.

O corrente artigo tem como objetivo primário elucidar a teoria das elites, apresentando seus principais autores proponentes e como cada um deles contribuiu para o seu desenvolvimento ao longo do século XX, enfatizando a produção intelectual do sociólogo Robert Michels sob a forma da “lei de ferro das oligarquias”. Além disso, tratando-se dos objetivos secundários, o texto busca revisar as noções da lei de ferro das oligarquias, abordadas pelo cientista político Adam Przeworski, para discutir a possibilidade dos partidos socialistas de preservarem sua pureza política a fim de participarem das competições eleitorais sob as diretrizes da democracia liberal, bem

1 HOLLANDA, Cristina Buarque. **Teoria das elites**. 2011, p. 5.

como apresentar respostas à lei de ferro das oligarquias para enriquecer o arcabouço intelectual desta produção textual. Este artigo configura uma pesquisa de natureza descritiva, com um plano longitudinal no que se refere ao fator temporal, além de contar com a abordagem qualitativa. O público-alvo considerado para a execução do estudo foram não apenas professores, do ensino básico ou superior, como também alunos suficientemente interessados e instituições de ensino. Tendo isso em vista, a coleta de informações se deu de forma online, através da aquisição de textos, geralmente em formato PDF, por meio de endereços variados da Internet, e especialmente aqueles reunidos no Google Acadêmico quando foi necessária a procura por escritos de mais difícil acesso, tendo persistido o processo em destaque por um período de tempo que equivale aos meses de Abril até Agosto de 2025. Assim sendo, para elucidar o assunto em questão, alguns tópicos relacionados ao âmago da discussão serão explorados de forma concisa, porém suficientemente carregada de repertórios técnicos para favorecer o objetivo real deste artigo.

Na primeira parte, será apresentada a ideia do economista e cientista político austríaco Joseph Schumpeter sobre a democracia e suas características próprias da atualidade, distinguindo a antiga democracia das cidades-estado gregas daquela que existe nos dias de hoje, apontando de forma mais realista algumas transformações que essa forma de governo sofreu, para evoluir até a sua constituição atual. Segundo Schumpeter, a democracia poderia ser resumida à “concorrência livre pelo voto livre”,² além disso, o autor em destaque, indica que mesmo que a doutrina clássica sobre a democracia seja ainda considerada, na qual os assuntos são decididos e a política formulada de acordo com a vontade popular, deve admitir a ideia de que mesmo que essa vontade fosse inegavelmente real, definida e até mesmo consensual, a decisão por simples maioria em muitos casos deturparia e jamais levaria a sociedade aos objetivos pretendidos.

Na segunda parte, será apresentada a visão do sociólogo francês Gustave Le Bon, que revelou-se um dos mais célebres teóricos do proto-elitismo, ao escrever, no ano de 1895, seu trabalho cujo título é: “A Multidão: Um Estudo da Mente Popular”, amplamente reconhecido como um dos mais importantes livros sobre psicologia das multidões. Nesta obra, ele desenvolve sua investigação analisando o desenvolvimento do comportamento e raciocínio humanos, quando estes se encontram aglomerados, entendendo que a reunião exagerada de pessoas provocava, involuntariamente, o desvanecimento de grande parte das faculdades de reflexão, auto-controle e inteligência emocional para lidar com questões relevantes e que envolvem a vida de todos que estejam vinculados a uma comunidade, por conta da erupção de impulsos primitivos, infantilidade e emoções corruptoras dos bons comportamentos.³ Em função dessa conclusão, Le Bon suscita noção de que a democracia em si, independentemente da sua forma, torna-se ineficaz por essência, haja visto que sua principal premissa, a da participação popular nos negócios públicos, afetaria negativamente o processo político devido a natureza quase “bárbara” das multidões.

Ademais, também será apresentada a conclusão de Joseph Schumpeter, que complementando o pensamento de Le Bon, contribuiu levando em consideração alguns

2 SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Social-Democracia**. 1961, p. 323.

3 SCHUMPETER, 1961, p. 307.

fundamentos econômicos, afirmando que os fenômenos anteriormente comentados não limitam a multidão a simples reunião física de pessoas. Na sua visão, leitores de jornais, audiências de rádio, membros de instituições religiosas e demais, independentemente de estarem ou não aglomerados literalmente, podem ser transformados e levados a um estado mental desfigurado, que implica a redução da probabilidade de qualquer argumento ou análise minimamente racional ser produzida. A afirmação repetida em constância, exerce muito mais impacto que a argumentação fundada em fundamentos lógicos, além de provocações ao subconsciente humano que evoca atitudes muito pouco prudentes.

Na terceira, quarta, quinta e sexta partes serão comentadas, respectivamente, a definição e os pontos gerais que elucidam a teoria das elites, a teorias de elite desenvolvida por Mosca, Pareto e por último, Michels, com foco na sua famosa lei de ferro das oligarquias, explorando com um nível relativamente maior de profundidade os pensamentos e contribuições de cada um desses autores para o desenvolvimento do estudo, bem como alguns pontos que os diferenciam entre si. Avançando rumo à sétima parte do texto, nesta será abordada uma questão paralela que guarda relação com a teoria de elite proposta por Robert Michels, especificamente, a lei de ferro das oligarquias, elemento principal deste artigo. Será apresentada a contribuição do professor de Ciência Política, Adam Przeworski, aos estudos sobre os partidos socialistas na democracia liberal, objeto este que também foi investigado por Michels, e que corrobora algumas de suas conclusões com base em uma análise e reflexão baseadas na seguinte dúvida: é possível que um partido socialista possa manter-se fiel com relação a sua natureza em um regime ordenado a partir da democracia liberal dos séculos XIX e XX? Na última seção do artigo, será apresentada ao leitor um limitado conjunto de tentativas de contrapor a lei de ferro das oligarquias proposta por Robert Michels, abordando, inclusive, a dissensão de autores socialistas marxistas, para oferecer conclusões contrárias baseadas em inquéritos alternativos e mostrar que para essa teoria de elite, também existem respostas oportunas.

2. DEMOCRACIA SEGUNDO JOSEPH SCHUMPETER

Na tentativa de amparar a definição de democracia na realidade atual, Schumpeter considera um cenário em que as decisões políticas feitas pelos cidadãos são substituídas pela eleição de representantes, para que, nesse caso, possam tomar as decisões e assumir as responsabilidades de administração de um local. Segundo a visão do autor em destaque, o papel do povo é formar um novo governo, e o método democrático se torna um sistema institucional para a tomada de decisões, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor. Dessa forma, é considerado um critério razoavelmente eficiente para distinguir o governo democrático de outros distintos, pois a teoria clássica da democracia, proveniente da Grécia Antiga, encontra dificuldades para isolar esse sistema, visto que a vontade geral e o bem comum não apenas podem, como foram em muitos momentos do passado, proporcionados em maior grau através de governos autoritários.⁴

4 SCHUMPETER, 1961, p. 306.

Schumpeter considera que, em primeiro lugar, a monarquia parlamentarista da Inglaterra, por exemplo, preenche os requisitos para ser classificada como uma democracia, visto que seu rei está limitado a nomear oficialmente o gabinete de governo, que a própria população, representada pelo parlamento, elegeria. Em uma monarquia constitucional pode não haver todos os elementos que configuram um sistema democrático porque o eleitorado e o parlamento, apesar de terem todos os outros direitos que os mesmos possuem nas monarquias parlamentares, não podem ajudar a constituir o ramo executivo do governo, levando em conta que os ministros estão subordinados ao monarca, podendo, inclusive, serem nomeados ou demitidos por ele, e mesmo assim satisfazer as necessidades do povo.

Em segundo lugar, a teoria democrática proposta por Schumpeter reserva espaço para o reconhecimento do papel da liderança, diferentemente da teoria clássica, que atribuía ao eleitorado um poder irrealista de iniciativa política, levando a negligência da liderança e das ações de comando em um cenário político.⁵ Em terceiro lugar, a teoria elaborada não é mais definida que o próprio conceito de luta pela liderança, que é em algum grau similar ao conceito de concorrência econômica. Na economia, a concorrência raramente atinge uma condição de perfeita harmonia, assim como na política, onde ela se dá na disputa pelo apoio popular, por isso, Schumpeter limita a concorrência política àquela pelo voto livre, na intenção de definir uma nova e mais realista concepção de democracia. Em quarto lugar, a teoria do autor referido esclarece a relação entre a democracia e a liberdade individual. O método democrático não garante, necessariamente, maior grau dessa liberdade, apesar de existir uma relação entre os dois elementos. Caso todos sejam livres para concorrer politicamente a liderança de uma sociedade se apresentando ao eleitorado, isso levará, na maioria dos casos, a um considerável nível de liberdade de expressão e imprensa para todos.

Schumpeter segue explicando que, além de ser considerada como função do eleitorado formar o governo, aceitando um líder ou um grupo de líderes, também é sua função dissolvê-lo, retirando essa aceitação provisória, ou seja, em última instância, não apenas alçando pessoas a posições de poder, como também controlando-as. Apesar disso, o autor admite que é necessário limitar essas ideias concernentes ao controle de líderes à noção de democracia, pois, em certos momentos, ocorrem revoluções que derrubam governos ou alguns de seus membros, ou os forçam a seguir uma certa linha de ação política, levando o estado à esfera do autoritarismo. Além disso, segundo a teoria clássica de democracia, os assuntos devem ser decididos e a política formulada com base na vontade popular, e ainda que essa vontade pudesse ser definida, a simples maioria não poderia equivaler-se a vontade do povo, pois a minoria ainda não estaria sendo representada, o que impossibilita igualar ambos os conceitos.

Não obstante, resta estabelecer a ideia de que nem os desejos do eleitorado, e nem os desejos dos parlamentares são condição absoluta para a formação de um governo, haja visto que a escolha não é iniciativa do povo. Os cidadãos não decidem, na prática, e também não escolhem entre si mesmos os membros de um novo parlamento de forma independente, mas sim de forma artificial, pois as preferências políticas dependem diretamente da iniciativa de um candidato de se apresentar à eleição e do apoio que ele pode acumular durante esse processo, o que ainda constitui um elemento primordial do

5 SCHUMPETER, 1961, p. 322.

processo democrático. Até nos casos extraordinários em que os eleitores evocam a imagem de um homem específico, as limitações no que tange a liberdade autêntica de escolha se preservam, primeiro porque um homem não precisa almejar o comando caso já seja um líder.⁶

Segundo porque um líder local historicamente estabelecido, e que tenha a capacidade de influenciar a votação com seu prestígio político, pode não optar ou, simplesmente, não ter condições de apresentar-se em pessoa à disputa eleitoral, e por isso indicar uma segunda opção para atuar em seu lugar. Em resumo, Schumpeter propõe uma descrição mais realista do processo democrático na medida em que considera que a função dos eleitores é escolher entre as opções de liderança e representação autorizadas por instituições de elite, mostrando que a participação popular opera como um mecanismo útil apenas para legitimar o governo, mas não para conduzir a política. Nessa linha de raciocínio, os partidos políticos e os líderes competem em um contexto análogo ao econômico, como se fossem empresas em um mercado, oferecendo "produtos" que seriam as propostas políticas aos "consumidores" que seriam os eleitores de uma sociedade.

3. A POLÍTICA É FEITA PELO POVO?

Joseph Schumpeter também recorre ao sociólogo francês Gustave Le Bon, que revelou-se um dos mais célebres teóricos do proto-elitismo, para discutir se em comunidades regidas por sistemas democráticos o povo é moldado pela política ou se é a política que é moldada pelo povo, questionando de forma crítica o nível de independência da vontade do eleitor, sua capacidade de observação e interpretação de fatos. Em sua obra, Le Bon mostra que, quando submetidos a um cenário de aglomeração, os cidadãos entram em um estado de excitação involuntária, irrompendo impulsos primitivos e infantilismo, que fazem perderem seus freios morais e praticamente toda a capacidade de refletirem de forma autônoma sobre os fundamentos e características da realidade em que vivem. Além disso, o sociólogo francês também escreveu que esse tipo específico de fenômeno não está limitado a multidões em sentido físico, e que audiências de rádio, leitores de jornais, fiéis de instituições religiosas ou membros de partidos políticos, ainda que não estejam fisicamente reunidos podem ser transformados psicologicamente em uma multidão e conduzidos a um estado de frenesi "animalesco", no qual qualquer tentativa de racionalizar o discurso se torna absolutamente inútil.⁷

Devido ao seu repertório econômico, Joseph Schumpeter ainda explica que com a sofisticação das investigações científicas, os economistas puderam descobrir que, até nos momentos mais casuais, os consumidores comportam-se de forma que não corresponde àquela sugerida pelos manuais econômicos, desenvolvidos a partir de uma lógica racional e maximizadora, sendo tão sensíveis a influência da propaganda, que subvertem a lógica do sistema de forma que os produtores passam a orientar a atuação dos consumidores ao invés da sua ser orientadas por eles. A simples repetição de

6 SCHUMPETER, 1961, p. 336.

7 SCHUMPETER, 1961, p. 308.

informações, independentemente de serem elas falsas ou verdadeiras, exerce mais influência que o próprio argumento racional, pois ao ser feita de forma capciosa, atinge o subconsciente humano, evocando noções agradáveis e convenientes, porém de caráter extra-racional, e que direciona o comportamento imprudente das pessoas afetadas.⁸

O autor em destaque também comenta sobre as decisões realmente definidas e autênticas, que existem independentemente dos esforços para produzi-las artificialmente.⁹ Entretanto o mesmo declara que, ainda sim, apesar do seu caráter aparentemente livre, essas escolhas não deixam de ser resultado de influências locais do passado, elevadas através de propaganda. Apesar de reconhecer a distinção entre a vontade autêntica e a artificialmente manufaturada, Gustave Le Bon explica que até mesmo cidadãos de espírito altivo, que pregam a verdadeira responsabilidade e engajamento político para, de fato, melhorar as vidas de seus compatriotas através de um processo mais democrático, descobrem que a maioria dos eleitores não se sentem responsáveis pelo que faz a classe política, além disso, apesar de muitos assuntos de natureza nacional despertarem interesse a ponto de provocarem vontades genuínas e realmente definidas, essas grandes questões políticas ocupam o mesmo lugar de elementos lúdicos na mente dos cidadãos. Isso ocorre pois o cidadão que reflete sobre a situação de sua sociedade tende a não encontrar alternativas de ação política que exerçam impacto a curto prazo, pois o mesmo pertence a um comitê social incapaz de funcionar, que é formado por toda a nação, e que o impede de investir em tarefas nas quais ele possa se desenvolver, na medida em que ele emprega menos esforço disciplinado para ater-se a um problema político do que ele o faz em um jogo qualquer.¹⁰

Schumpeter segue sua explanação apresentando a linha de raciocínio produzida por Le Bon, para indicar, em resumo, que a ignorância do cidadão comum no que tange a assuntos de política interna e externa se deve, principalmente, a falta de responsabilidade e vontade efetiva. Desse modo, segundo as reflexões de Le Bon, entende-se que ao invés de ser criada pelo povo, a vontade geral preconizada pela teoria clássica de democracia, é não apenas modelada pelos grupos que compõem a elite, como em muitos casos, criada por ela, o que configura o verdadeiro resultado e não a base do processo político contemporâneo, minando a ideia de que o povo tem uma opinião racional e que a manifesta em um regime onde se escolhem representantes que se encarregam de sua execução.

4. TEORIA DAS ELITES

A teoria das elites só pôde desenvolver-se quando a democracia liberal, típica das sociedades ocidentais dos séculos XIX e XX, tornou-se um objeto de crítica de autores como Gaetano Mosca (1858-1941), Vilfredo Pareto (1848-1923) e Robert Michels (1876-1936), que constituem o cerne intelectual da proposição referida. A escritora Cristina Buarque de Hollanda explica em sua obra intitulada “Teoria da elites” que

8 SCHUMPETER, 1961, p. 308.

9 SCHUMPETER, 1961, p. 311.

10 SCHUMPETER, 1961, p. 312.

apesar de apresentarem algumas divergências políticas, todos esses autores convergem quando descrevem a democracia liberal como uma forma de governo ineficiente e cujos elementos institucionais não são alinhados com a motivação original que orientou sua organização.¹¹ Segundo a percepção de natureza elitista, independentemente da forma ou sistema de governo, todo exercício político acaba por resultar na formação de pequenos, qualificados e poderosos grupos, as “minorias dirigentes”, que fazem a maioria da população, a “maioria dirigida”, orbitar em torno dos seus próprios interesses. Assim sendo, a retórica embrulhada pela aura democrática, reverente às características deste sistema, e carente de qualquer conexão com a prática social, possui utilidade restrita à legitimação do poder exercido pelas elites que mobilizam um discurso maquiado, para no fundo garantir seus próprios benefícios.

Cristina Buarque de Hollanda segue explicando em sua obra que os escritores elitistas visavam contrapor o que consideravam ficção infantil da democracia e socialismo com teorias surgidas com base em reflexões e investigações circunspectas da realidade. Não era de seu interesse substituir uma utopia por outra que fosse ainda mais absurda, mas sim buscar a produção de critérios suficientemente válidos sob o método científico para que pudessem estudar as sociedades, alçando a ciência como um verdadeiro remédio contra o pensamento abstrato e devaneios enfeitados.¹² Ademais, cabe destacar que essas intenções não inauguram nenhum método epistêmico, pois ainda no Iluminismo, o filósofo inglês Thommas Hobbes, partindo de uma concepção mecanicista dos seres humanos e suas nuances, buscou a criação de uma ciência objetiva da moral e dos fenômenos sociais em sua obra amplamente conhecida “Leviatã”, no qual trasladou princípios da física mecânica para seus estudos políticos com a intenção de desvendar a estrutura necessária para a sociedade, bem como apresentar a real imagem de um governo legítimo, relacionando suas ideias ao estado de natureza do homem. Ou seja, mais uma vez, houve a tentativa de adotar os métodos das ciências naturais para tornar possível a interpretação precisa da política e da sociedade, refletindo a ânsia dos autores elitistas de proporcionar um verdadeiro desenvolvimento científico, praticamente, e até então, preso ao âmbito natural.

Por fim, vale destacar que ainda em sua obra “Teoria das elites”, Cristina Buarque de Hollanda explica que a produção intelectual dos autores elitistas é imbuída de forte realismo político, o que os aproxima ao pensamento do filósofo renascentista Nicolau Maquiavel, que ganhou destaque ao representar uma linha política na qual abandonou-se as reflexões sobre a natureza humana para considerar o que era possível. Os autores elitistas ignoraram o campo abstrato das ideias para estabelecer a realidade como um meio de conhecimento útil e verdadeiro. Dessa forma, os seres humanos e a política em si, deixam de ser imaginados de forma idealizada para serem explicados na sua existência autêntica.

5. PENSAMENTO DE GAETANO MOSCA

Quando se trata da visão de Gaetano Mosca, é explicado que a ideia de ciência para o

11 HOLLANDA, Cristina Buarque. **Teoria das elites**. 2011, p. 6.

12 HOLLANDA, Cristina Buarque. **Teoria das elites**. 2011, p. 7.

mesmo era avessa a esquemas e simplismo, por isso, é rejeitada a classificação tradicional dos governos proposta por Aristóteles (monarquia, aristocracia e democracia) que ainda figurava no cenário político e intelectual.¹³ Isso se deveu por Mosca acreditar que em todas as sociedades, existem apenas duas classes: a minoria que acumula o poder e configura a elite, e os governados, grupo numeroso sobre o qual incide o poder e representa o resto da sociedade. Mosca também explicava que apesar do que a maioria acredita, nunca participa efetivamente do governo, pois sempre haverá uma classe organizada capaz de se impor através da superioridade moral, econômica ou militar, sobre a maior parte da população. Na sua visão, a própria história teria esclarecido essa interpretação dos fatos, visto que na Roma Antiga existiam os patrícios, na Idade Média europeia haviam os barões, o clero e os cônsules das corporações de ofício, a Idade Moderna contava com os nobres da corte e a burocracia, e já no tempo de Mosca havia os empregados e representantes do povo.

Cristina Buarque de Hollanda desenvolve sua obra explicando que na visão de Mosca, o processo de distinção que constituía as elites e proporcionava a dominação política poderia ser explicado em três fatores. O primeiro era a riqueza. Apesar dos movimentos de democratização derivados da evolução do liberalismo no século XIX terem excluído a riqueza como critério formal para a participação na vida política, através da abolição do voto censitário, não descartaram sua existência como requisito real, o que continuou apartando as classes mais baixas do estado por várias décadas seguintes. O segundo fator era o local de nascimento, que posiciona as pessoas em um universo de informações, posturas, comportamentos, valores e objetivos que os aproxima ou não da minoria dominante, levando os privilegiados e os malnascidos a probabilidades diferentes de incorporação às elites. O terceiro fator mencionado por Mosca para explicar a divisão entre a minoria dominante e a maioria dominada é o mérito, na sua forma mais simples. Somente em sociedades de progresso, realmente avançadas, o mérito tem a capacidade de superar os limites impostos pela desigualdade social, o que não era o caso da sua Itália pós-unificação, onde a riqueza e o nascimento ainda eram elementos necessários para uma grande mobilidade social.¹⁴

Além disso, Gaetano Mosca também visa explicar como a elite política justifica sua posição de comando e privilégio social afirmando que as bases que sustentam a elite no poder permanecem veladas para que os homens admitam, em paz, o lugar inferior que ocupam, com a influência de crenças aparantemente sensatas. A retórica é usada por esse segmento com a intenção de mascarar o verdadeiro objetivo da dominação, e pode ser dividida em três tipos principais. O primeiro deles se baseia na associação entre a autoridade e o sobrenatural, legitimando o poder com base em um fundamento teológico, semelhante ao direito divino dos reis absolutistas. O segundo tipo de justificativa é a abstração racional da soberania popular, baseada na ilusão de que o poder emana do povo, e que na democracia representativa contemporânea todos os cidadãos teriam igual direito e possibilidade de participação política. A terceira justificativa seria o produto da mistura entre a retórica racional do poder popular e aquela sobrenatural, típica da Itália de Mosca, onde se atribuía o poder do soberano “à graça de Deus e à vontade da nação”.¹⁵

13 HOLLANDA, Cristina Buarque. **Teoria das elites**. 2011, p. 9-10.

14 HOLLANDA, Cristina Buarque. **Teoria das elites**. 2011, p. 10.

15 HOLLANDA, Cristina Buarque. **Teoria das elites**. 2011, p. 10-11.

Além disso, é com a importante obra “Elementos de ciência política” que Mosca adquire uma cátedra na Universidade de Turim, além de formular seu eminente conceito de defesa jurídica. A base dessa proposta consiste na ideia de que os homens são dotados das potências de moralidade e imoralidade, por isso, ao considerar o panorama da natureza humana, seu objetivo é estabelecer um controle das tendências egoístas presentes e marcantes na sociedade, para que seja possível a produção de harmonia entre o indivíduo e a comunidade, e para que a última siga centrada em suas metas, sem ser corrompida pelas consequências da avaria generalizada. Assim, Cristina Buarque de Hollanda explica que a responsabilidade pelo equilíbrio moral necessário à prosperidade social não é exclusiva dos indivíduos, mas também do Estado, em virtude do seu poder e capacidades.¹⁶

Por fim, é preciso dizer que essa nova ideia de defesa jurídica elaborada por Mosca marca a transição da sua fase original em que tecia críticas e escrevia de maneira reativa, para um postura normativa, aberta as possibilidades de resistência a degeneração sociopolítica das democracias liberais. Gaetano Mosca costumava imaginar a formação de uma nova classe política a partir das classes médias, com poder aquisitivo suficiente, solidez ética, e que fosse capaz de proporcionar a defesa jurídica do recém unificado estado italiano. Depois de muitos anos de produção intelectual, o autor italiano em questão desvia seu foco de ataque em direção ao nascente fascismo, chegando a assinar o manifesto dos intelectuais anti-fascistas com o filósofo Benedetto Croce. Por fim, Gaetano Mosca também passa a promover o liberalismo acreditando se tratar de um antídoto plausível contra o avanço do totalitarismo de Benito Mussolini, e considerar o governo representativo como um mal necessário, que devesse ser reformado, para cada vez mais, emular a original essência da democracia.

6. PENSAMENTO DE VILFREDO PARETO

Em seu livro “Teoria das elites”, Cristina Buarque de Hollanda também explica sucintamente o pensamento do sociólogo italiano Vilfredo Pareto, apresentando suas principais inovações intelectuais e sua importância para o desenvolvimento do elitismo enquanto corrente teórica. Assim sendo, Hollanda afirma que Pareto tratava o distanciamento do cenário político como um requisito necessário para a produção de ciência, o que o fez criticar Mosca e sua ausência de espírito científico por ter se envolvido com a classe política ao tornar-se deputado e senador. Na visão do sociólogo, um cientista verdadeiro nunca poderia aderir a qualquer parte de um conflito e tem a missão de buscar o maior nível de imparcialidade possível. Em 1916, Pareto publica sua obra-prima intitulada “Tratado de sociologia geral”, onde é protagonizada uma grande e profunda discussão sobre o sentido e origem das ações humanas, e que marca a transição do pensamento do autor quando o mesmo deixa de enaltecer para criticar o liberalismo político. Desde então, Vilfredo Pareto passa a descrever o discurso promovido pelos liberais, mas também pelos socialistas como um instrumento lógico para ocultar a origem emotiva das crenças e ações do homem, atacando o suposto caráter racionalista da ideologia liberal, e o caráter supostamente científico do socialismo marxista. Por

16 HOLLANDA, Cristina Buarque. **Teoria das elites**. 2011, p. 12.

isso, Pareto foca sua jornada intelectual na investigação sobre a simbiose entre a emoção e razão, seus impactos na realidade social e, finalmente, a mobilidade das elites.

No Tratado de Sociologia Geral, Pareto elabora uma teoria na qual são propostas duas ordens de motivações básicas para as ações humanas. A primeira dessas seria a das ações lógicas, cometidas quando se ajusta os meios possíveis de serem empregados e os fins desejados, sendo esta a de menor frequência. Quando se trata da segunda ordem de motivações básicas para a ação humana, deve-se dizer que se concentra nas ações não lógicas, muito mais corriqueiras que as do primeiro tipo, e que escapam do ajuste entre os meios possíveis e os fins almejados. Pareto também escreve com a devida perspicácia para atentar o leitor sobre a diferença entre a consciência do ator e o fato, no sentido de que embora o sujeito praticante da ação a perceba como eficiente, por derivar de um ajuste aparentemente racional entre os meios e fins, e portanto aparentemente lógica, essa percepção não resiste a uma análise imparcial. Segundo o autor, somente uma consciência externa que fosse atenta aos recursos de racionalização dos sentimentos, teria a capacidade de perceber a incongruência entre o método e o objetivo. O exemplo dado no texto de Hollanda para explicar essa teoria consiste em uma analogia com a dança da chuva. Se depois da dança cai a chuva, os atores envolvidos no ritual passarão a considerar sua ação eficiente, como se a chuva tivesse caído somente em virtude da prática da dança. Contudo, um cientista seria facilmente capaz de perceber a inadequações entre esse meio e o fim, identificando a causa real das precipitações na área.¹⁷

O autor em destaque também afirma que as pessoas tendem a disfarçar suas ações para fazê-las parecerem lógicas, mesmo quando não são de fato, ou seja, toda razão mobilizada para justificar qualquer ato é, na realidade, nada além de uma verdadeira explicação posterior, e que é deslocada da sua origem real. Assim, a razão não tende a constituir a causa inicial das ações. Na intenção de entender o funcionamento das sociedades, Pareto busca investigar a circulação dos grupos de elite, que o mesmo considera ser o resultado da complementaridade entre a permanência e a inovação. É afirmado que em todo setor da atividade humana, poucos homens são melhores que muitos outros e alcançam maior nível de prestígio em seus ofícios, pois é custoso atingir a excelência. Por isso, segundo Pareto, a verdadeiro forma de definir a qualidade de uma elite é a maior ou menor capacidade de executar uma atividade específica, alçando o parâmetro da eficiência ao destaque, e não um critério moral. Portanto, até a ideia de um “bom ladrão”,¹⁸ que infringe as normas com eficiência, destacando-se em meio aos outros que se dedicam às mesmas delinquências, pode ser levada em conta, nesse caso. No sistema concebido pelo autor, a elite política é uma das classes de elite e reúne os melhores homens para gerir o governo, e o poder é considerado um lugar frágil que exige esforço constante pela atualização, sem oferecer a menor garantia de sucesso, por isso, as elites, por mais que estejam constituídas dos melhores, não estão imunes à possibilidade de derrocada.

Então, Pareto se dedica a identificar os padrões de subida e queda das elites no poder, e assim, reduzir a margem de imprevisibilidade na política. Considerando essa noção, o autor utiliza a metáfora orgânica para elucidar sua conclusão, sugerindo que a

17 HOLLANDA, Cristina Buarque. **Teoria das elites**. 2011, p. 18.

18 HOLLANDA, Cristina Buarque. **Teoria das elites**. 2011, p. 21.

condição de existência dos organismos e das sociedades é a circulação. Nas sociedades, ela ocorre em ritmos variados e pode não apenas produzir movimentos radicais de substituição total das elites, como ocorre em revoluções, quanto motivar trocas progressivas das elites com o meio social, como acontece em processos de reforma política.

7. PENSAMENTO DE ROBERT MICHELS

A título de sequência, Cristina Buarque de Hollanda ainda explica a principal teoria política elaborada pelo escritor alemão Robert Michels, isto é, a lei de ferro da oligarquia.¹⁹ De acordo com o autor, apesar do socialismo possuir uma retórica igualitária, o modo de funcionamento dos partidos alinhados não escapa da tendência de formação de minorias dirigentes que comandam a massa dirigida. Além disso, a democracia e a organização estão correlacionadas pois as burocracias afastam-se de seus objetivos originais na medida em que se expandem e se tornam mais complexas, e é nisso que se fundamenta a teoria de Michels: a oligarquização necessária de toda base de ordem. O partido é encarado como um instrumento de conflito ideológico, e para obter destaque é preciso que ele atenda a necessidade de agilidade institucional, visto que no ambiente político as decisões devem ser tomadas em prazo determinado.

Para que isso seja possível, são necessários políticos profissionais com proatividade decisória. O ritmo lento característico do sistema democrático não é compatível com as demandas por reação imediata da política, pois não é viável que todos os militantes, de alguma forma, vinculados ao partido, participem das deliberações relacionadas aos mais variados assuntos, primeiro em virtude da falta de repertório técnico suficiente para dominar todos as questões, e segundo pela impossibilidade logística e relativa ao tempo. Assim, é justamente na concessão ao princípio da eficiência que está a base do processo de oligarquização que desvia o partido do seu propósito original. Segundo Michels, o desenvolvimento do partido e sua estrutura administrativa aparta, gradativamente, as lideranças das massas governadas, portanto, configura-se uma nova situação na qual os chefes partidários não são mais executivos da vontade coletiva, mas sim juízes de suas próprias escolhas. Basicamente, os líderes partidários passam a atuar conforme as suas próprias consciências e percepções da vontade popular, transformando-se de servidores a “patrões do povo”, e descolam-se das bases sociais que legitimaram o seu mandato e poder.

Ademais, Michels também explica que quanto mais maduro for um partido, mais simples e fracas serão as suas ações e cada vez maiores serão os obstáculos aos setores revolucionários que perduram no seu cerne, e isso ocorre, em grande parte, devido ao fato de o partido tornar-se, na visão de vários de seus membros, em um fim em si mesmo e não mais ser um meio subordinado ao propósito socialista. De acordo com o autor em destaque, essa forma de acomodação não condiz com a estrutura ideológica que fundamenta a existência do partido, mas constitui um caminho inevitável, a famosa “lei de ferro”. Adicionalmente, vale destacar que a ideia de democracia concebida por Robert Michels é a mais próxima da versão original grega, na qual existe a participação

19 HOLLANDA, Cristina Buarque. **Teoria das elites**. 2011, p. 25-26.

direta do povo, e é justamente esse entendimento que nos permite reconhecer a continuidade entre um Michels que recusa as contradições da representação política, e o último Michels que valoriza a interlocução direta entre as massas e um governo forte. Segundo Holanda, foi a teoria das elites que proporcionou a transformação do pensamento do sociólogo da expectativa pela democracia original, frustrada pelo desenvolvimento da política contemporânea, para o enaltecimento do fascismo, enquanto ideologia realista e ajustado às possibilidades e necessidades reais da política italiana, mas que também não ignorava o contato direto com o povo.²⁰

8. COESÃO IDEOLÓGICA X ÊXITO ELEITORAL

Visando exemplificar a discussão de Robert Michels em sua obra “Sociologia dos partidos políticos”, onde o mesmo explica a lei de ferro das oligarquias, vale abordar a análise que o cientista político polonês Adam Przeworski faz em seu livro “Capitalismo e Social-Democracia”, no qual é investigada a possibilidade de metamorfose política dos partidos socialistas em um contexto marcado pelas democracias do tipo liberal. Przeworski começa elencando um dilema tipicamente vivido pelas associações políticas proletárias no século XIX e XX: abandonar o caráter de movimento de massas ou os objetivos finais? O autor escreve que é necessário para o movimento socialista a participação na política eleitoral tendo em vista a obtenção de apoio da classe trabalhadora, apesar dessa mesma atuação tender a obstruir a perseguição dos seus objetivos finais, no caso, a ditadura do proletariado, seguida da socialização dos meios de produção.²¹

Dessa forma, o primeiro grande efeito da estrutura dos estados da contemporaneidade é a individualização das relações de classe na esfera tanto política, como ideológica, ou seja, os assalariados formam-se enquanto classe em diversas organizações diferentes e independentes, geralmente partidos políticos, cooperativas, associações de bairro etc... Independentemente de como cada um se classifique, seja burguês ou assalariado, no sistema de produção capitalista as pessoas atuam na política como indivíduos ou cidadãos, por isso, mesmo que um partido consiga emular uma classe no ambiente político, as organizações econômica e política jamais coincidem. Outra questão relevante é o fato de sindicatos e partidos representarem interesses diferentes e estarem em constante competição entre si, além disso, enquanto nos sindicatos a base da classe limita-se a grupos de pessoas empregadas, os partidos políticos que reúnem trabalhadores devem também mobilizar indivíduos que não necessariamente integram sindicatos²², o que acaba por levar a uma constante tensão entre os interesses mais limitados dos sindicatos e os interesses mais abrangentes das estruturas partidárias.

O segundo efeito é a transformação que sofrem as relações no interior das classes, estruturando-se sob a forma de relações de representação, ou seja, o parlamento é uma instituição representativa, e seus membros são indivíduos, não as massas. Por isso, uma relação de representação se impõe sobre a classe trabalhadora pela própria natureza das

20 HOLLANDA, Cristina Buarque. **Teoria das elites**. 2011, p. 28.

21 PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. 1985, p. 21-25.

22 PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. 1985, p. 26-27.

instituições democráticas do estado capitalista. Em última instância, as massas deixam de agir diretamente em defesa de seus interesses, para delegarem essa defesa, tanto através dos partidos como também através dos sindicatos, já que o processo de negociação em grupo é tão extraordinário para as massas como as próprias eleições.²³

Przeworski segue a linha de raciocínio explicando que a luta pelo socialismo resulta inevitavelmente no “aburguesamento” do movimento proletário, conclusão que coincide com a análise de Robert Michels. De acordo com o autor, o combate político necessita de organização para que renda vitórias, e por sua vez, a organização demanda um aparelho permanente, sob a forma de uma burocracia especializada, além de exigir que o movimento se dedique a atividades econômicas próprias para que seja auto-sustentável do ponto de vista econômico. Assim, os militantes tornam-se burocratas, administradores de companhias de seguros, gerentes de casas funerárias, editores de jornais, e cada vez mais, passam a assimilarem-se à pequena burguesia.

Przeworski também não deixa escapar a ideia de que enquanto os que tornaram-se comunistas consideraram a Revolução Russa de 1917 a prova de que a insurreição seria sempre possível, independentemente do estágio de produção em que um país estivesse, os social-semocratas acreditavam que a dependência de insurreição violenta era a prova de que as condições para o avanço socialista ainda não eram oportunas, e por isso que era preciso esperar pacientemente até que a grande maioria do eleitorado expressasse seu anseio por transformações nesse sentido. Dado que estavam convencidos de que essas condições de transformação teriam lugar assegurado com o desenvolvimento do capitalismo, as derrotas eleitorais não angustiarão os reformistas, e mesmo quando se viram obrigados a renunciar ao controle do governo, sempre acataram de bons modos, sem tentar forçar a aceleração da evolução histórica. A expectativa de que o futuro pertencia a ideologia de Marx foi quase confirmadas pelo progresso político dos partidos socialistas, em um período relativamente curto, que durou entre as décadas de 1870 até 1930, em países como Alemanha, Finlândia, Áustria, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Suécia e Noruega.²⁴

Segundo a visão de Karl Marx, a necessidade de organizar o operariado em classe, e consequentemente, em um partido político, para que os operários pudessem obter o poder político, não iria afetar a autonomia da classe operária como força política. Era esperado que os trabalhadores se tornassem a força propulsora do socialismo pois integravam, ao mesmo tempo, a classe explorada da maneira capitalista e a única capaz de organizar por si própria a economia quando as relações de produção fossem abolidas. Contudo, como explica Przeworski, o problema dessa linha de raciocínio, é que Marx desconsiderava que não é garantida a solidariedade entre duas ou mais pessoas, apenas por integrarem a mesma classe no sistema capitalista, pois os interesses que os trabalhadores possuem em comum são exatamente os mesmos que os condicionam a competir uns com os outros, principalmente quando buscam aceitar salários mais baixos para garantirem seu emprego. O interesse de classe não é vinculado aos operários como um grupo de indivíduos, mas como uma coletividade. É do interesse de todos os trabalhadores o aumento geral do salário mínimo, mas isso não afeta as relações entre eles. Diferentemente, uma lei que estabeleça um salário mínimo, ampliando a instrução

23 PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. 1985, p. 26-27.

24 PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. 1985, p. 32-33.

obrigatória, limitando a jornada de trabalho ou aumentando a idade mínima para a aposentadoria afeta a relação de alguns desses trabalhadores sem ser, necessariamente, do interesse de todos enquanto classe. A título de exemplo, se alguns têm dificuldade de encontrar um emprego, provavelmente estariam dispostos a serem contratados para receber um salário inferior ao que é estipulado por lei em nível mínimo, mesmo que isso rebaixasse a média geral dos rendimentos.

O interesse de classe não necessariamente equivale ao interesse individual de cada operário, como já ficou claro anteriormente. Sendo assim, para que seja possível a superação dessas rivalidades, os trabalhadores precisam se organizar e agir em conjunto como uma força coletiva, para que acabe a competição entre si mesmos, e empreendam a competição contra os burgueses. Entretanto, as antigas classes médias do estrato social quase desapareceram na maioria dos países da Europa Ocidental, mas seus descendentes acostumaram-se a operar mais em lojas do que em fábricas, o que contribuiu para diluir a identidade de classe proletária. Além disso, mesmo que a quantidade de pessoas ocupadas em qualquer atividade praticada fora do ambiente doméstico caísse durante o avanço do capitalismo, os que não conseguiram trabalho remunerado não se transformaram em um exército industrial de reserva. Pode-se dizer que elementos como a extensão da instrução compulsória, barreiras à participação econômica feminina e maiores exércitos permanentes, evitaram que o contingente proletário continuasse a crescer no seio das sociedades capitalistas contemporâneas. Assim sendo, de 1890 a 1980, ao lidar com as implacáveis regras do sistema democrático, a classe trabalhadora, através dos partidos socialistas, continuou sendo apenas a minoria do eleitorado,²⁵ acumulando várias derrotas políticas e perdendo bastante relevância dentro de assembleias legislativas e setores executivos de governo.

Portanto, caso um partido pretenda governar sem a influência de alianças e das dívidas que derivam desses compromissos políticos celebrados, deve necessariamente obter uma quantidade de votos aproximada de 50%. Para obter influência eleitoral e ocupar governos, os partidos socialistas precisariam buscar apoio de outras classes, dada a condição de minoria absoluta dos operários dentro da estrutura de classes das sociedades contemporâneas. Além disso, optar pela participação do jogo político transforma a própria lógica da questão de evolução revolucionária. Dessa forma, essa obrigação impõe aos socialistas um dilema: garantir a homogeneidade ideológica do partido, porém condenarem-se ao fracasso político, ou adaptar a estrutura e composição partidária para aumentar a eficiência eleitoral, mas provocar a corrupção da sua natureza?

9. CRÍTICAS À TEORIA DE MICHELS

É essencial discutir a produção intelectual dos autores alinhados com o elitismo, como também apresentar o pensamento daqueles que a desenvolveram, para entender como Michels elaborou sua lei de ferro das oligarquias e o que ela significa. Contudo, é igualmente válida a abordagem de um contraponto para fortalecer o espírito científico deste artigo, e fomentar um debate que, até os dias de hoje, ainda não se dá por

25 PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. 1985, p. 38.

concluído. Tendo isso em mente, serão elucidadas algumas das críticas feitas por autores marxistas e de outros segmentos ideológicos contra a teoria elaborada por Robert Michels. Essas se concentram na defesa da possibilidade de emancipação do trabalhador no estado socialista, ainda que o mesmo esteja filiado a um partido ou qualquer outra organização, e também em um aspecto demasiadamente determinista, que fundamenta a expressão “lei de ferro” usada para nomear a teoria de Michels sobre as organizações políticas.

9. 1 CRÍTICAS SOCIALISTAS

Os movimentos socialistas tinham a obrigação intelectual de responder às conclusões de Michels, pois a réplica marxista tradicional foi negar que a burocracia pudesse favorecer a ascensão de uma classe dominante, visto que essas classes requerem base na propriedade de recursos econômicos, e não em uma forma técnica de organização. Segundo a visão do marxista Sidney Hook, Michels ignorava os elementos socioeconômicos da liderança oligárquica do passado, por sua vez, o fato de que a liderança política significava poder econômico. Em uma sociedade socialista na qual a liderança não necessariamente representa poder econômico, mas apenas administrativo, na qual a educação se concentra no despertar da consciência de classe e tem seu monopólio da burguesia abolido, e a divisão do trabalho manual e intelectual é gradativamente eliminada, é entendido pelos marxistas que uma regra de oligarquização dos movimentos e demais organizações políticas proposta por Michels não se concretiza.

Outro autor comunista a tentar oferecer uma solução ao problema sinalizado por Michels foi o grande teórico Nicolai Bukharin. Ele escreveu que a incompetência das massas, anunciada na lei de ferro das oligarquias, não deixa de ser um resultado das más condições econômicas e técnicas próprias do sistema capitalista, manifestada através do privilégio de acesso à educação por apenas uma das classes. No socialismo, pelo contrário, com a universalização da educação pública e gratuita, haveria uma superprodução de organizadores e burocratas, o que terminaria por anular a estabilidade de grupos dominantes. Em resumo, Bukharin não pôde contestar a análise feita por Michels sobre a estrutura dos movimentos socialistas dentro do capitalismo, mas depositou esperança de que as camadas mais baixas da sociedade fossem libertadas pela educação e desenvolvimento econômico, o que impediria a oligarquização como tendência, pois sempre haveria um grupo fora do aparato estatal que seria politicamente consciente e tecnicamente qualificado para impedir que alguns poucos gerentes dominassem a sociedade.²⁶

9. 2 CRÍTICAS AO DETERMINISMO TEÓRICO

Michel também foi criticado negativamente por ser superdeterminista ao ver apenas

26 LIPSET, Martin Seymour. **Introduction of “A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy”** by Robert Michels. 1962, p. 25-27.

o lado negativo da burocracia e seus efeitos perversos. Autores como Maurice Duverger, Robert McKenzie e Sigmund Neumann visaram demonstrar que existem variações significativas na estrutura de diferentes partidos. Como por exemplo, poderiam ser mencionados os dois principais partidos dos Estados Unidos: Democrata e Republicano. Ambos são bastante diferentes do Partido Social Democrata alemão, que serviu de modelo para a teoria de Michels, pois não são organizados a partir de um controle central de nível nacional nem estadual. Além disso, a diversidade de facções política no interior desses dois partidos e a rotatividade no controle partidário também são características marcantes que fogem do modelo preconizado pelo sociólogo alemão. A própria constituição americana possui elementos que condicionam interesses politicamente relevantes e variados a se afirmem em apenas duas grandes coalizões eleitorais, gerando a união de políticos diferentes e com ideias diversas no mesmo partido.

Por último, outro fator interessante remete a discussão sobre os sindicatos, pois Vic Allen afirma que o grande objetivo destes grupos sempre foi melhorar os padrões de trabalho dos seus membros, e que esse finalidade ainda não pôde ser alcançada pois as penalidade para os líderes sindicais por ineficiência, abuso de poder, corrupção, ou até mesmo mau uso de recursos ainda é bastante branda em vários locais do mundo. Um líder sindical que tem medo permanente de perder seus membros tende a tomar medidas para atender as demandas daqueles que ao sindicato estejam ligados.²⁷

10. CONCLUSÃO

Em resumo, deve-se dizer que, no âmbito da teoria das elites, tem sido proposta uma descrição mais realista do processo democrático, que não se nega a enxergar suas contradições e problemas, seja para aperfeiçoá-la enquanto forma de governo, seja para substituí-la por um modelo que seja mais condizente com as especificidades de cada local e com as reais necessidades de um povo. Por isso, é entendido pelos adeptos desta linha teórica, que independentemente da forma através da qual se governe, todo exercício político resulta na formação de pequenos e poderosos grupos, as “minorias dirigentes”, que fazem a maioria dirigida da população, manter-se à mercê de seus próprios interesses. Além disso, não apenas os eleitores simplesmente decidem por opções de lideranças autorizadas, o que desconstrói a noção de que a democracia é a expressão da vontade comum, como também o fato de que a participação popular tem como única função legitimar o governo, mas não para conduzir a política.

Para além disso, é necessário entender que a lei de ferro das oligarquias, produzida por Robert Michels, eleva a desconfiança sobre a natureza dos partidos, uma das principais bases da estrutura do sistema democrático. Quando a burocracia afasta-se de seus objetivos originais ao tornar-se mais complexa, para proporcionar eficiência política, a estrutura administrativa do partido aparta, gradativamente, os chefes das massas, transformando-os de intérpretes e executivos da vontade coletiva, em juizes de

27 LIPSET, Martin Seymour. **Introduction of “A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy”** by Robert Michels. 1962, p. 27-29.

suas próprias escolhas. Ou seja, o que antes seria um instrumento de participação popular e que representaria as bases de um sistema realmente democrático, os partidos, acaba por tornar-se apenas mais uma forma de pequenos grupos manterem-se no poder.

Por último, Przeworski demonstra o impacto dos problemas analisados por Michels sobre a lógica dos partidos socialistas na prática. Sendo necessário para o movimento socialista a participação na política eleitoral, tendo em vista a obtenção de apoio da classe trabalhadora, a adoção da organização por partidos resulta no “aburguesamento” do movimento socialista, através da formação involuntária de elites dirigentes que assumem o controle e passam a gerí-los também para garantirem benefício próprio. Aqui está o cerne da questão. Como os social-democratas acreditavam ser pior depender da insurreição e foram os únicos no segmento esquerdista a aceitarem o fenômeno inevitável da oligarquização partidária, deixaram de tratá-la como obstáculo à realização de seus objetivos, e abdicando da coesão ideológica, trabalharam a partir dessa tendência para construir alianças mais amplas com diferentes setores da sociedade, não se limitando apenas à classe trabalhadora, buscando reformas que melhorassem as condições de vida dos grupos desfavorecidos. Por outro lado, os partidos socialistas, ao lidarem com a democracia liberal, continuaram sendo apenas absorvendo a minoria do eleitorado, sem lograr nenhum sucesso político em grande parte dos países do mundo ocidental.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIPSET, Martin Seymour. **Introduction of “A Sociological Study of the Oligarchical Tendencies of Modern Democracy”** by Robert Michels. 1962

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. 1985

HOLLANDA, Cristina Buarque. **Teoria das elites**. 2011

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, Socialismo e Social-Democracia**. 1961